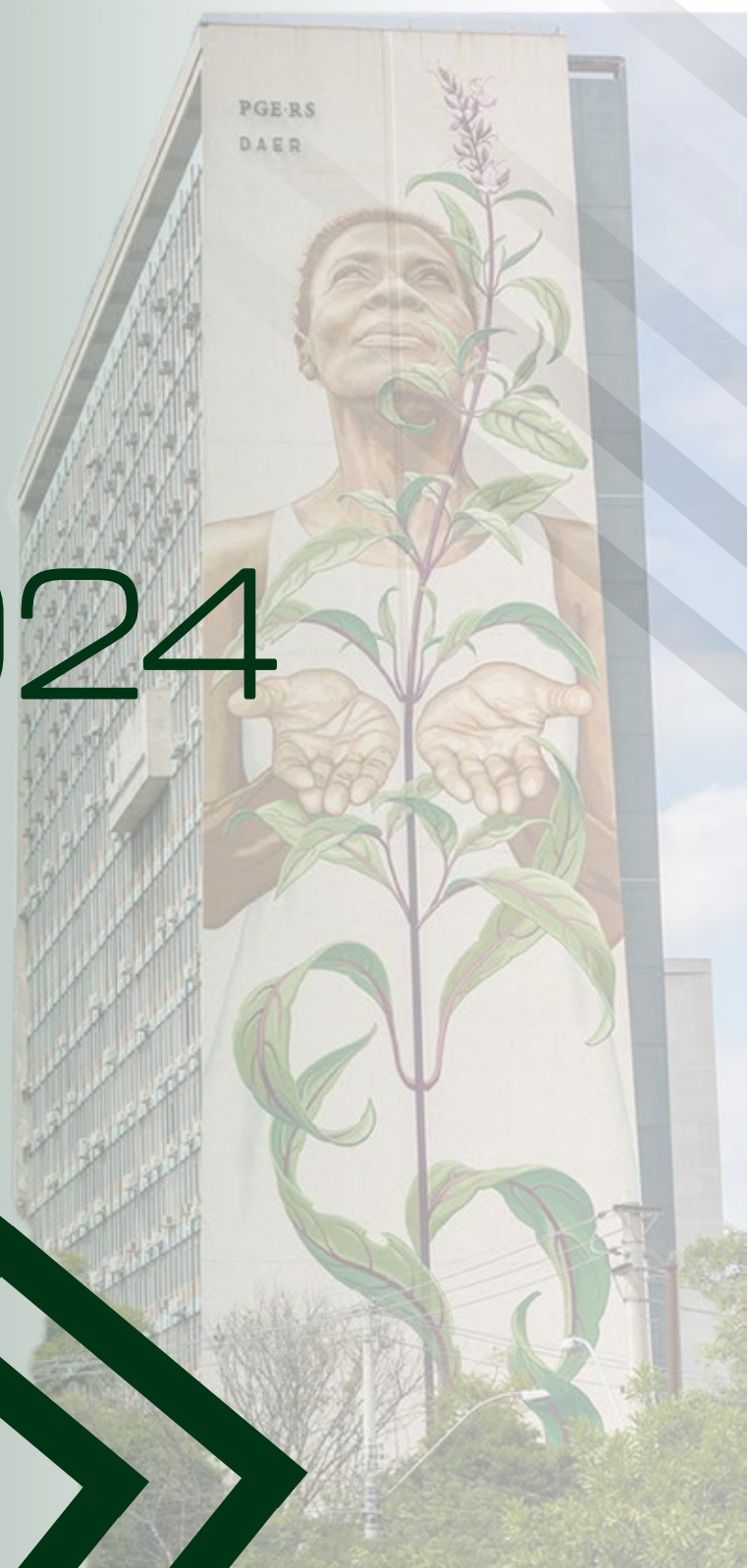




RELATÓRIO ANUAL 2024



Assessoria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral do Estado

Av. Borges de Medeiros, 1555 - 18º andar, Praia de Belas - Porto Alegre
imprensa@pge.rs.gov.br - (51) 3288-1737 - (51) 98445-6382

Coordenador de Gabinete: Henrique Zandoná

Coordenadora de Operações: Vanessa Schneider

Projeto Gráfico e Diagramação: Thiago Alvarenga / Raquel Heck

Redação: Brígida Sofia / Vanessa Schneider

Revisão: Brígida Sofia / Greyce Malta / Vanessa Schneider

Fotos: Paulo Garcia / Palácio Piratini

Governador do Estado

Eduardo Leite

Procurador-Geral do Estado

Eduardo Cunha da Costa

Procurador-Geral adjunto para Assuntos Jurídicos

Thiago Josué Ben

Procuradora-Geral adjunta para Assuntos Institucionais

Diana Paula Sana

Procuradora-Geral adjunta para Assuntos Administrativos

Paula Ferreira Krieger

**Coordenação-Geral das Assessorias Jurídicas
da Administração Pública Direta e Indireta**

Guilherme de Souza Fallavena

Coordenador do Gabinete e da Assessoria de Comunicação Social

Henrique Zandoná

CONTEÚDO

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO 5

ONDE ESTAMOS 6

PGE EM NÚMEROS..... 8

PROCESSOS JUDICIAIS ATIVOS 9

59 ANOS DA PGE-RS 10

ECONOMIA NA ATUAÇÃO JUDICIAL..... 11

NOVOS PROCURADORES 12

NOVOS SERVIDORES 12

NOVA UNIDADE ESPECIALIZADA: PROCURADORIA DE SAÚDE..... 13

CONSELHO SUPERIOR DA PGE 14

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO PROFESSOR ALMIRO DO COUTO
E SILVA (ESAE-PGERS) 15

PARECERES 16

GESTÃO ESTRATÉGICA 17

MEDIDAS EMERGENCIAIS – ENCHENTE NO RS 18

LICITAÇÕES E CONTRATOS 19

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO..... 20

PRECATÓRIOS 20

PRIVATIZAÇÃO..... 21

ARRECADAÇÃO 22

ADVOCACIA DATIVA 23

CIRA-RS 23

MAIS DESTAQUES..... 25

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO



A Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (PGE-RS) é uma instituição permanente que integra a estrutura do gabinete do Governador. Na coordenação do Sistema de Advocacia do Estado, a Procuradoria atua na representação judicial e na consultoria jurídica a toda à Administração Pública estadual, garantindo a segurança jurídica às políticas públicas implementadas pelo gestor.

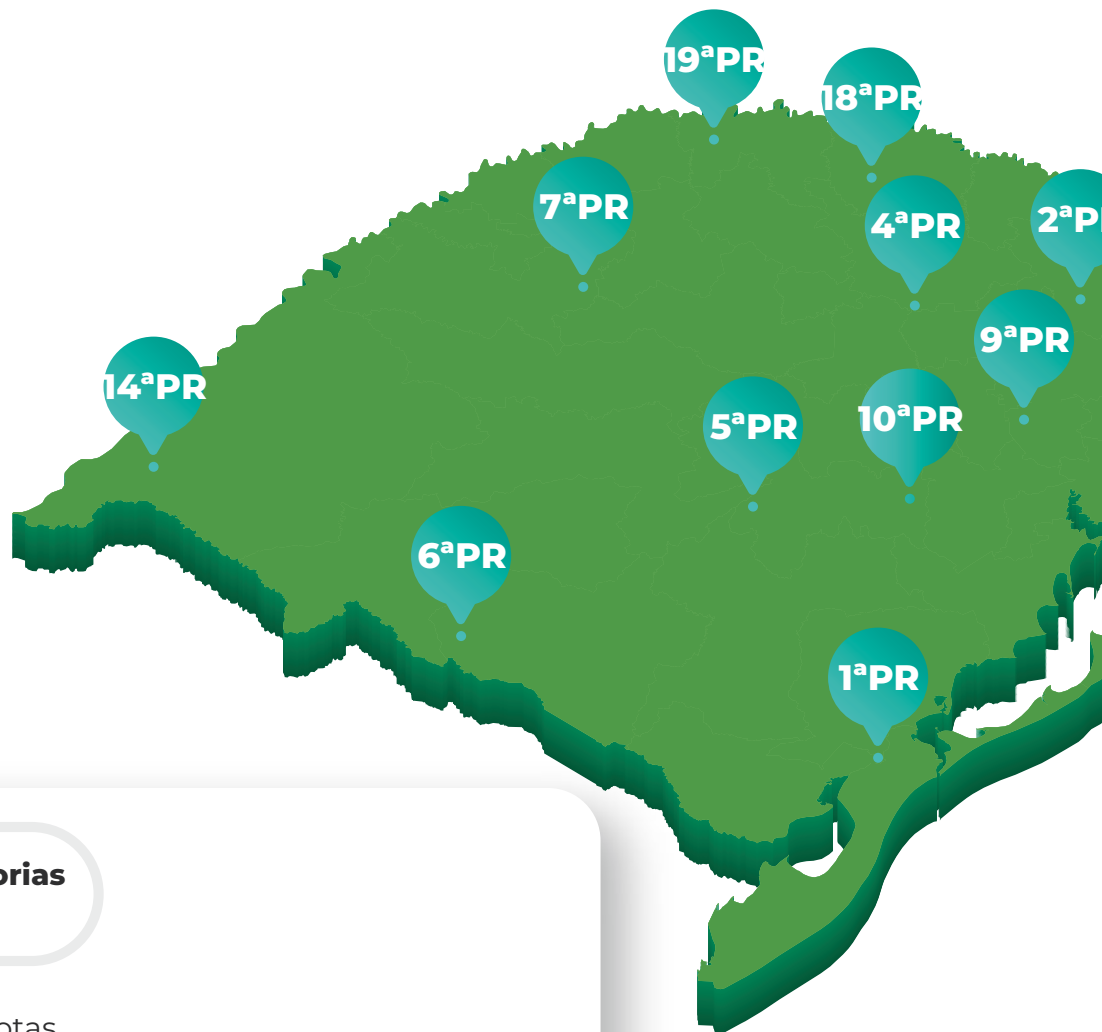
Com sede em Porto Alegre, a Procuradoria possui dez unidades especializadas na capital e Procuradorias Regionais instaladas no interior do Estado. A PGE-RS também atua em Brasília - DF, através da Procuradoria Junto aos Tribunais Superiores – PTS.

A PGE-RS tem por missão defender o Estado do Rio Grande do Sul e o interesse público por meio da atuação jurídica, e busca ser reconhecida pela excelência nessa atividade e pela proatividade na viabilização de políticas públicas.

No ano de 2024, quando o Rio Grande do Sul passou pela maior tragédia climática de sua história, a PGE-RS permaneceu atuante, seja em suas atribuições ordinárias por meio de pareceres jurídicos, orientações e atuação processual, seja diretamente para reduzir os impactos provocados pela catástrofe climática, quando articulou junto à União a Medida Provisória que flexibilizou as regras da Lei de Licitações para agilizar e dar segurança jurídica aos gestores no enfrentamento da crise.

As páginas seguintes deste relatório apresentam esses e outros fatos marcantes que exemplificam a atuação da Procuradoria, neste ano, e evidenciam seu comprometimento com os interesses do Rio Grande do Sul.

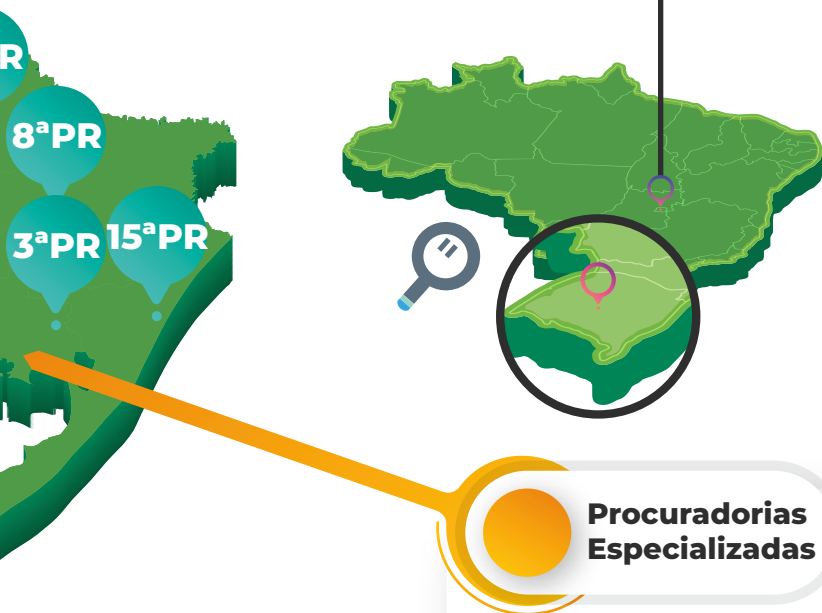
ONDE ESTAMOS



Procuradorias Regionais

- 1ª PR - Pelotas
- 2ª PR - Caxias do Sul
- 3ª PR - Canoas
- 4ª PR - Passo Fundo
- 5ª PR - Santa Maria
- 6ª PR - Santana do Livramento
- 7ª PR - Santo Ângelo
- 8ª PR - Novo Hamburgo
- 9ª PR - Lajeado
- 10ª PR - Santa Cruz do Sul
- 14ª PR - Uruguaiana
- 15ª PR - Osório
- 18ª PR - Erechim
- 19ª PR - Frederico Westphalen

Brasília | **PTS** - Procuradoria junto aos Tribunais Superiores



PDPA - Procuradoria Disciplinar e de Probidade Administrativa

PDPE - Procuradoria do Domínio Público Estadual

PF - Procuradoria Fiscal

PI - Procuradoria do Interior

PIDAP - Procuradoria de Informação, Documentação e
Aperfeiçoamento Profissional

PPJ - Procuradoria de Passivos Judiciais

PP - Procuradoria de Pessoal

PPREV - Procuradoria Previdenciária

PTRAB - Procuradoria Trabalhista

PSAÚDE - Procuradoria de Saúde

A PGE conta, atualmente, com a atuação de



1924

pessoas

343



PROCURADORES

1157



SERVIDORES

375



ESTAGIÁRIOS

49

TERCEIRIZADOS





989.825
PROCESSOS
JUDICIAIS ATIVOS



Em 2024 a PGE-RS
contabilizou

4.413

Ações Ajuizadas

1.782.907

Atividades jurídicas
registradas em sistema

596.294

Processos judiciais
com atividade

63.303

Laudos contábeis
elaborados

344.812

Processos administrativos
eletrônicos distribuídos

59 ANOS DA PGE-RS



Jantar de aniversário no Salão Nobre da Catedral Metropolitana de Porto Alegre
Foto: Paulo Garcia – PGE-RS

A Procuradoria-Geral do Estado celebrou 59 anos de serviços prestados à sociedade gaúcha, em março, em evento que reuniu procuradores, servidores e autoridades no Salão Nobre da Catedral Metropolitana de Porto Alegre. Na ocasião, foi realizada a Outorga das Honrarias Reconhecimento da Advocacia de Estado e Reconhecimento PGE-RS pelo procurador-geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa, seguida de jantar que contou com a presença do governador do Estado, Eduardo Leite.



Celebração teve a presença do governador
Foto: Paulo Garcia – PGE-RS



Procurador-geral destacou a relevância do trabalho da PGE-RS
Foto: Paulo Garcia PGE-RS

ECONOMIA NA ATUAÇÃO JUDICIAL

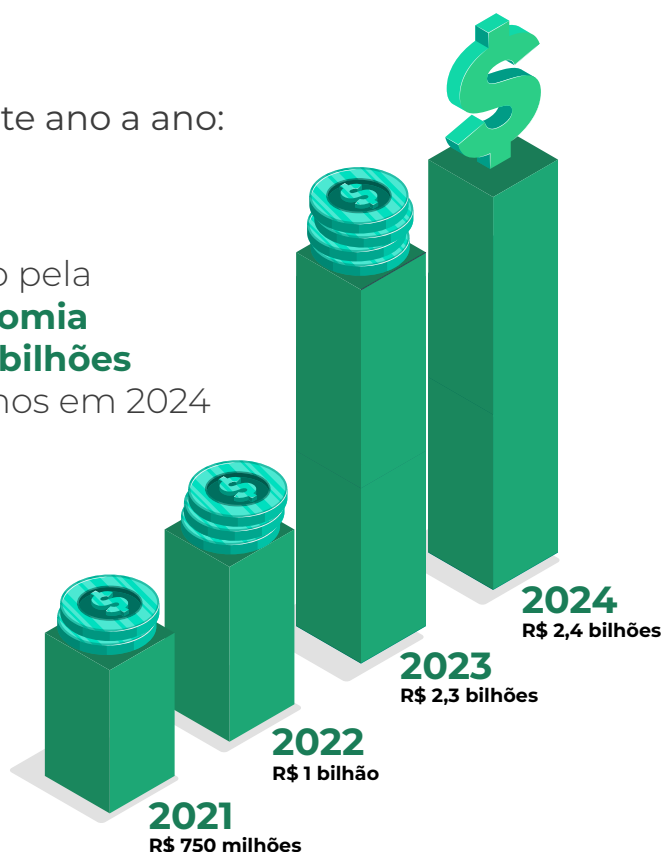
A atuação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS) gerou economia de quase R\$ 2,5 bilhões (R\$ 2.490.125.985,64) aos cofres gaúchos de janeiro a dezembro de 2024.

O valor é superior ao alcançado durante todo o ano de 2023, que foi de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões, e maior também que o alcançado em 2022, quando o registro apontou R\$ 1,2 bilhão em economias.

A economia decorre da atuação na defesa judicial do Estado e de suas autarquias e fundações públicas, por meio de contestações e recursos, teses jurídicas e impugnações a cálculos pela perícia contábil.

O valor é crescente ano a ano:

Trabalho exercido pela
**PGE gerou economia
de quase R\$ 2,5 bilhões
aos cofres** gaúchos em 2024



NOVOS PROCURADORES



Solenidade de posse no Palácio Piratini
Foto: Jürgen Mayrhofer/Secom

A advocacia pública gaúcha passou a contar com doze novos procuradores e procuradoras do Estado. As cerimônias de posse aconteceram na sede da Procuradoria-Geral do Estado e no Palácio Piratini, em agosto, com a presença do governador Eduardo Leite, do procurador-geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa, de secretários de Estado, representantes dos Poderes e outras autoridades.

NOVOS SERVIDORES

Noventa e sete novos servidores do Estado foram empossados, passando a integrar as equipes da Procuradoria-Geral do Estado. Cerimônias envolvendo o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Procuradoria-Geral do Estado e o Quadro de Analistas de Projetos e de Políticas Públicas foram realizadas no Prédio Sede da PGE-RS em março, junho, setembro, outubro e dezembro.

Cerimônia ocorreu na Sala de Inovação da PGE-RS
Foto: Paulo Garcia - PGE-RS





*Novos servidores empossados no Auditório da PGE-RS
Foto: Paulo Garcia - PGE-RS*

NOVA UNIDADE ESPECIALIZADA: PROCURADORIA DE SAÚDE

A PGE-RS instituiu, em 2024, uma nova unidade especializada destinada à matéria de Saúde, que, desde setembro, exerce a representação judicial, no âmbito do primeiro e segundo graus de jurisdição, de modo desterritorializados.

A criação possibilitou uma maior especialização da atuação na matéria, incrementando a qualidade e a eficiência das atividades e aperfeiçoando a organização e a gestão da PGE-RS, além de ampliar a cultura orientada por resultados, com o aumento da eficiência e da efetividade dos serviços públicos.

À Procuradoria de Saúde compete exercer a representação judicial nas ações individuais ou coletivas que discutam o dever do Estado em fornecer prestação de saúde em favor dos seus administrados. É de competência também atuar em ações que versem sobre as relações com prestadores e com outros entes públicos relativas à estruturação do Sistema Único de Saúde, além de orientar medidas ressarcitórias decorrentes das despesas suportadas pelo Estado para cumprimento de ordem judicial e acompanhar cumprimentos de sentença, provisórios ou definitivos.



*Medida qualifica o trabalho entregue à sociedade
Foto: Paulo Garcia - PGE-RS*

CONSELHO SUPERIOR DA PGE

No ano de 2024, o Conselho Superior da PGE-RS, órgão de direção da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS), realizou 13 sessões, tratando de temas variados relacionados às competências do colegiado dentro das atividades da Procuradoria. Dentre os assuntos abordados destacam-se os relacionados à otimização do serviço prestado pela instituição e os avanços relacionados à atividade especializada das unidades, visando a um atendimento efetivo e eficiente, utilizando cada vez menos recursos públicos.



*Eduardo Cunha da Costa
Procurador-Geral do Estado - RS
Fotos: Paulo Garcia - PGE-RS*



*Colegiado debateu diversos temas em 13 reuniões
Fotos: Paulo Garcia - PGE-RS*

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA (ESAE-PGERS)



*Grande parte das atividades pode ser acessada no canal da PGE-RS no Youtube
Foto: Paulo Garcia - PGE-RS*

A ESAE-PGERS ofereceu, em 2024, de forma gratuita e com certificação, 36 cursos EAD, 30 eventos gravados e 31 híbridos, abordando temas variados, incluindo áreas não jurídicas, destinados a procuradores do Estado, servidores e população em geral. Grande parte das atividades foi transmitida no canal da PGE-RS no Youtube, ampliando o alcance ao conhecimento. Ao todo, foram disponibilizadas mais de 1.155h de capacitação e registradas mais de 4.116 participações na plataforma.

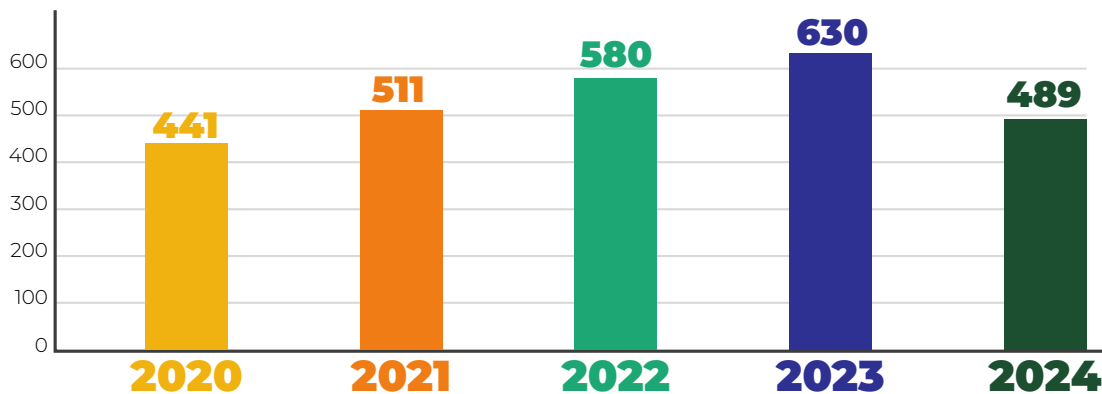
A ESAE prosseguiu com o Curso de Especialização em Advocacia de Estado, em parceria com a Universidade de Passo Fundo (UPF), e disponibilizou sete cursos de aperfeiçoamento sobre temas jurídicos relevantes, como Advocacia Pública, Teoria do Direito e Fundamentos do Direito Público, LGPD, Licitações e Contratações pela Administração Pública, Metodologia da Pesquisa, Probidade, Compliance e Acordo de Leniência e Processo Legislativo.

Também foram realizadas mais capacitações voltadas às assessorias jurídicas da Administração Pública Estadual, em diversas áreas de competência da PGE-RS. Para o Sistema de Advocacia do Estado, foram oferecidos 11 cursos e mais de 40 eventos, entre palestras online e atividades gravadas, com a participação de mais de 623 pessoas na plataforma da Escola.

PARECERES



Na atividade consultiva, de orientação jurídica à Administração Pública Direta e Indireta estadual, a Procuradoria produziu **489 pareceres** não disciplinares e foram aprovadas **131 Orientações Jurídicas Setoriais (OJS)**. Os pareceres e OJS têm papel relevante na atuação do gestor público, pois norteiam juridicamente suas condutas, e também no dia a dia da população, pois conferem a segurança necessárias às políticas públicas que serão destinadas a ela.



GESTÃO ESTRATÉGICA

Criado para garantir a implementação e institucionalização do planejamento estratégico da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS), o Escritório de Gestão Estratégica e Inovação (EGEI) completou dez anos em 2024, quando foi reestruturado. Sua atuação especializada garante a execução dos modelos de gestão estratégica e de processos adotados pela instituição, acompanhando o desenvolvimento do portfólio de projetos e assessorando na elaboração e gestão dos programas e processos organizacionais.

Também neste ano, a Procuradoria criou o Laboratório de Inovação e Transformação Digital da PGE-RS, vinculado ao EGEI, um ambiente de aceleração de projetos, inovações e transformação de processos organizacionais.

MAPA ESTRATÉGICO • 2018 - 2027



MEDIDAS EMERGENCIAIS – ENCHENTE NO RS

MP nº 1.221

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS) atuou de maneira ágil e eficiente, dentro de suas atribuições, para garantir segurança jurídica nas ações necessárias para diminuir os impactos ocasionados pelas enchentes que assolaram o território gaúcho.

A publicação, em maio, da Medida Provisória (MP) nº 1.221, articulada entre a Procuradoria-Geral do Estado e órgãos federais, foi fundamental para agilidade e efetividade das medidas adotadas pelos gestores.



Alinhamento de ações de resgate e atendimento
Foto: Lauro Alves



Medida Provisória agilizou procedimentos de reconstrução
Foto: Joel Vargas

A PGE-RS manteve diálogo permanente com a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Gestão, expondo as necessidades práticas e propondo soluções jurídicas para que a norma pudesse ser concretizada. A MP permitiu maior agilidade nos procedimentos públicos para a contratação de bens, obras e serviços (inclusive de engenharia) diante de calamidades, criando presunções de urgência, reduzindo prazos, simplificando atos da fase preparatória e flexibilizando requisitos de habilitação diante da redução da oferta de fornecedores.

CPNU

Outra medida de destaque foi o acordo firmado entre PGE-RS, AGU e Defensoria Pública da União (DPU) que suspendeu, em maio, aplicação da prova do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), agendada posteriormente para 18 de agosto em todos os estados brasileiros.

A ação buscou garantir a igualdade de condição entre os candidatos, já que as enchentes no RS acarretaram desigualdade insuperável entre os inscritos. No Estado foram mais de 80 mil inscritos, que teriam o acesso às provas inviabilizado ou drasticamente dificultado por conta das restrições que alcançaram todo o território estadual.

Suspensão de Execuções

A PGE-RS publicou ainda a Resolução 251/2024, que autorizou a suspensão, por até seis meses, de ações judiciais em que o Estado estivesse executando dívidas de pessoas atingidas pelas enchentes. A medida foi tomada em razão do estado de calamidade pública declarado pelo Decreto nº 57.596/2024.

A determinação se aplicou a devedores que sofreram consequências dos eventos

meteorológicos que embasaram o estado de calamidade, ou seja, aqueles que tiveram suas residências ou estabelecimentos atingidos; sua atividade econômica afetada de modo relevante, por motivos como a ausência de insumos, mão de obra ou possibilidade de escoamento da produção; sua fonte de renda principal, como pessoa física, comprometida; e sofreram revés considerado relevante.



Resolução autorizou a suspensão de ações judiciais de pessoas atingidas
Foto: Rodrigo Ziebell

LICITAÇÕES E CONTRATOS

A PGE-RS publicou, em fevereiro, no Diário Oficial do Estado, a Resolução nº 240/2024, referente a mudanças trazidas pela Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos, que revogou a Lei nº 8.666/1993. A Resolução apresentou novos modelos de minutas de licitações e contratos, disponíveis no site da PGE e que devem ser utilizados como padrão pelos órgãos do Estado. Com as inovações da Lei Federal nº 14.133/2021, são esperadas contratações públicas mais dinâmicas, eficientes e econômicas, em um movimento, no âmbito das compras públicas, com foco para a governança, a digitalização dos procedimentos e utilização de instrumentos que privilegiam a fase de planejamento.

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

No Sistema Administrativo de Conciliação e Mediação foram celebrados 481 acordos de natureza não tributária. Destacam-se os acordos celebrados entre o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (Daer) e os lojistas da Rodoviária de Porto Alegre, significativamente afetados pelos eventos climáticos, regularizando-se a concessão de uso do espaço público, ao tempo em que se encerrou a discussão referente ao reequilíbrio dos contratos em razão da pandemia de COVID-19.

PRECATÓRIOS

R\$ 6 bi - 8ª Rodada Conciliação de Precatórios bate novos recordes

A Procuradoria-Geral do Estado, por meio da Câmara de Conciliação de Precatórios, ultrapassou, durante a 8ª Rodada Conciliação, iniciada em 2022, o significativo marco de R\$ 6 bilhões em valores brutos oferecidos aos credores que receberam proposta de acordo direto. O valor computado apenas no ano de 2024 foi de R\$ 3,01 bi, e equivale também ao montante a ser reduzido da dívida do Estado.

Ao longo do ano, foram feitas 14.955 propostas de acordo para 14.171 credores. Para tanto, a PGE-RS analisou 10.881 precatórios. Em termos de economia para o Estado, apenas em 2024, foi registrado R\$ 1,3 bilhão.

APP-CCP

O aplicativo APP-CCP, desenvolvido pela Oficina de Soluções da PGE-RS, teve mais uma vez impacto positivo sobre a produtividade e entrega de resultados à sociedade. A ferramenta tem o objetivo de otimizar as análises e automatizar a elaboração das propostas de precatórios, dando celeridade em todo o procedimento. Até março de 2025, devem ser concluídas as propostas de acordo ainda pendentes de análise na 8ª Rodada.



Benefícios do APP-CCP foram apresentados no South Summit
Foto: Paulo Garcia - PGE-RS

South Summit Brazil

A experiência exitosa da Procuradoria foi case no South Summit Brazil. No evento, a procuradora-geral adjunta para Assuntos Institucionais, Diana Paula Sana, destacou que, com a criação do aplicativo pela PGE-RS, foi possível chamar todos os credores para manifestação de interesse. A solução permitiu que, nos primeiros 12 meses de análises da 8ª Rodada Conciliação, fosse produzido o mesmo que nos 72 meses anteriores.

PRIVATIZAÇÃO

Atuação da PGE-RS garantiu a segurança jurídica do leilão de concessão do Cais Mauá

O governo do Estado realizou, em fevereiro, na B3, em São Paulo, o leilão da concessão do Cais Mauá, um dos símbolos da capital gaúcha. O certame teve uma proposta, do consórcio Pulsa RS, que vai administrar o Cais pelo período de 30 anos, com investimentos previstos de R\$ 353,3 milhões para a ampla revitalização e qualificação do local. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS) atuou garantindo a segurança jurídica, desde a rescisão do contrato anteriormente firmado, até a concepção e estruturação do atual projeto de concessão. Nesse sentido, participou desde a criação, pela então Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, em agosto de 2020, de Comissão Especial para analisar, propor e acompanhar a construção e execução do projeto para a destinação do Cais Mauá, a qual culminou com a contratação do BNDES para a estruturação do respectivo projeto de desestatização, além de participar da elaboração do edital e do contrato, com emissão de parecer, e atuação em demandas judiciais e que tramitaram perante os órgãos de controle.

O processo licitatório encontra-se suspenso em face dos eventos meteorológicos ocorridos no Estado em maio de 2024.

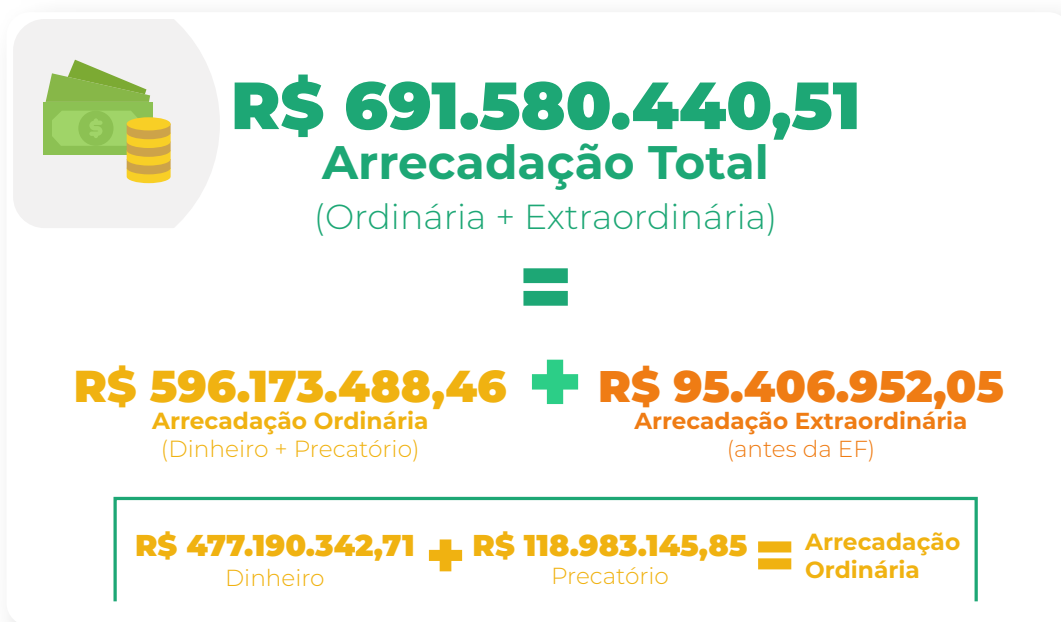
E URBANIZAÇÃO DO CAIS MAUÁ.



Procedimento ocorreu na B3 em São Paulo
Foto Mauricio Tonetto - Secom

ARRECADAÇÃO

Arrecadação crescente em ano de reconstrução supera R\$ 690 milhões



A PGE-RS registrou arrecadação superior a R\$690 milhões em 2024, período de dificuldades sem precedentes pela tragédia climática que assolou o Estado, ceifando vidas, patrimônio e empresas. Apesar do cenário, o resultado foi quase 20% superior ao de 2023.

Os programas criados no ano não tiveram objetivos arrecadatórios, mas de efetivo auxílio para regularização fiscal de contribuintes em atraso com o Fisco, com flexibilização de prazos, garantias, parcelamentos e possibilidade de suspensão de processos judiciais. Na Procuradoria, promoveu-se maior integração entre Capital e interior e houve alterações no núcleo de inteligência em matéria fiscal, otimizando as tarefas. Foi criada uma equipe para atuação direta no combate às fraudes e representação no CIRA-RS e a ampliação da especialização da Vara de ICMS estadual também trouxe reflexos positivos.

A economia jurídica teve um salto com a finalização, em favor do Estado, de um processo coletivo de elevado impacto, com cifra de R\$ 8 bilhões, quase cinquenta vezes o montante de 2023.

ADVOCACIA DATIVA

Duplicado recurso destinado ao custeio da assistência jurídica

Em reconhecimento à relevância social da advocacia dativa, o Estado ampliou para R\$ 14 milhões os recursos destinados ao serviço prestado por advogados credenciados junto à Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS) que garantem o atendimento jurídico a pessoas beneficiadas pela concessão de Justiça gratuita em locais sem atendimento da Defensoria Pública Estadual (DPE). A duplicação do valor até então vigente, permite qualificar ainda mais o trabalho oferecido à população.

o Estado ampliou para R\$ 14 milhões os recursos destinados ao serviço prestado por advogados credenciados junto à PGE-RS



CIRA-RS

O Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Estado do Rio Grande do Sul (CIRA/RS) seguiu atuando contra a sonegação de impostos em um trabalho permanente de inteligência e união de esforços para investigação de irregularidades e indisponibilidade de bens de devedores, passo relevante na busca de uma solução.

Dentre as operações deflagradas ao longo do ano, teve destaque a “LED SCAM”, cujo alvo foi um grupo empresarial do comércio varejista de equipamentos elétricos, especialmente luminárias, que causou prejuízos aos cofres públicos em R\$ 23 milhões e a mais de nove mil credores, pois os produtos vendidos não eram entregues. Foram cumpridos 14 mandados de busca e apreensão em onze alvos, residências e empresas, no Estado e em São Paulo. Também foi determinada a indisponibilidade de bens dos investigados em um montante superior a R\$ 39 milhões.

Em outra atuação, foi deferida a indisponibilidade dos bens das empresas e pessoas físicas integrantes de grupo econômico familiar que atua em Porto Alegre e acumulou

mais de R\$ 75 milhões em dívidas tributárias ao longo dos anos. Foram identificadas 23 pessoas jurídicas e 20 pessoas físicas integrantes do mesmo núcleo familiar, que concentra negócios nos setores têxtil, de imóveis e de quadras de esportes.



Ambiente modernizado fortalece o trabalho do comitê interinstitucional
Foto: Paulo Garcia - PGE-RS

Novo espaço

No início do ano foi inaugurado novo espaço funcional do CIRA/RS e das novas instalações do Núcleo de Inteligência do Ministério Público (Nimp) em solenidade que contou com a presença do governador, Eduardo Leite e do procurador-geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa. As salas ficam na sede do Ministério Público Estadual, no bairro Santana, em Porto Alegre. Em mais de cinco anos de atuação, o CIRA/RS recuperou mais de R\$ 485 milhões ao erário público.

CIRA - Instituído pelo Decreto nº 54.191/2018, o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Estado do Rio Grande do Sul (CIRA/RS) é formado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS), pela Secretaria da Fazenda, por meio da Receita Estadual, e pelo Ministério Público (MPRS). O objetivo é proporcionar a realização de ações conjuntas entre as instituições e garantir efetividade à recuperação de ativos de titularidade do Estado do Rio Grande do Sul.

MAIS DESTAQUES

2 mil unidades habitacionais

Em abril, após manifestação da Procuradoria, a decisão da 7ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central de Porto Alegre autorizou o prosseguimento da licitação para a construção de 2 mil unidades habitacionais destinadas prioritariamente às famílias vítimas das enchentes de setembro de 2023 no Estado.

O procedimento licitatório estava suspenso por decisão liminar em mandado de segurança impetrado por uma das empresas concorrentes, que não concordou com a anulação da fase de lances. A PGE-RS pontuou que a anulação da fase de lances, com consequente reagendamento, foi a solução que resguardava a validade do certame, já que, conforme constatado pelas equipes técnicas, falhas apresentadas no sistema eletrônico levaram ao não bloqueio automático de lances que não observaram a diferença mínima em relação ao lance anterior. Nesse sentido, a alternativa adotada se mostrou fundamental para assegurar um ambiente isonômico entre os concorrentes, uma vez que identificado descumprimento de uma das validações essenciais que garantiria a regularidade dos lances.

Missão internacional

O procurador-geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa, acompanhou o governador Eduardo Leite em agendas no Japão e na China, durante missão oficial realizada em novembro. A comitiva promoveu o Estado em importantes plataformas internacionais e ampliou o diálogo com grandes empresas, governos e instituições. A etapa japonesa da missão destacou-se pelas reuniões com empresas como Toyota, Mitsubishi Heavy Industries e Shizen Energy, além de visitas a centros de referência em resiliência climática, como o Metropolitan Area Outer Underground Discharge Channel. Também foi firmado um memorando de entendimento com a Shizen Energy para se estudar a viabilidade de um parque eólico offshore no litoral gaúcho. Já a segunda etapa, na China, trouxe novos avanços em áreas como mobilidade sustentável, logística e energia renovável.



Procurador-Geral integrou comitiva que promoveu o Estado
Foto: Mauricio Tonetto - Secom

LIDERA-RS – Procuradoria é destaque na primeira turma

A PGE-RS marcou presença na primeira edição do programa Lidera RS, promovido pelo governo estadual com a missão de preparar as novas lideranças do Estado. Procuradores e servidores participaram como alunos e mentores e uma servidora da Procuradoria foi escolhida oradora da turma na formatura, realizada após oito meses de estudos, que incluiu o período de enchentes. Cinquenta servidores de diferentes secretarias ampliaram seus conhecimentos e receberam os diplomas em 11 de dezembro.



Programa teve como missão preparar as novas lideranças do Estado
Foto: Paulo Garcia - PGE-RS

Prêmio nacional de inovação

A PGE-RS foi a vencedora do Prêmio de Inovação J.Ex 2024, na categoria Laboratórios de Inovação, com o projeto “DESENVOLVEMOS: transformando usuários em desenvolvedores para a transformação digital”. A premiação ocorreu em novembro em Brasília.

A distinção reconhece e incentiva iniciativas inovadoras no âmbito tecnológico, de gestão e de novas metodologias aplicadas no Ecosistema de Justiça. As propostas foram selecionadas em uma concorrência com mais de 500 iniciativas oriundas de Tribunais, Ministério Público, Defensorias e Procuradorias.



O projeto DESENVOLVEMOS, criado dentro da Oficina de Soluções da PGE-RS, reúne usuários sob a mentoria de um time multidisciplinar, incluindo analistas de processos e de TI, em um ambiente de colaboração para desenvolver e aprimorar soluções tecnológicas.

Procuradora-geral adjunta para Assuntos Institucionais, Diana Paula Sana (C), recebeu o troféu em Brasília ao lado da coordenadora da Assessoria de Informática e supervisora do Escritório de Gestão Estratégica e Inovação, Lisiane Penz Negrini (E), e do supervisor do Câmara de Conciliação de Precatórios, Fábio Casagrande Machado (D)
Foto: Divulgação J.Ex

Recorde histórico



A análise de dados da Pesquisa de Clima Organizacional (PCO) 2024, aplicada em novembro, apontou recorde histórico do índice geral de satisfação, definido como indicador do Objetivo Estratégico da PGE-RS “Fomentar o clima organizacional saudável e a qualidade de vida no trabalho”. O resultado de 78,6% superou a meta estabelecida, de 75%.

A 11ª edição da PCO trouxe pequenas alterações no conteúdo, mantendo o número de questões, 27, e de dimensões do ambiente organizacional que dialogam com o contexto contemporâneo, 9. Os índices de satisfação de cada dimensão observados foram: Trabalho em equipe (89,5%), Engajamento (88,0%), Liderança (84,5%), Segurança Psicológica (81,4%), Equidade (79%), Comunicação (77%), Desenvolvimento Organizacional (75,9%); Condições de trabalho (73%); Reconhecimento profissional (58,8%).

Sustentável: educação ambiental, gestão de dados e destinação adequada de materiais

O Comitê Gestor Ambiental deu continuidade às campanhas permanentes, com publicações semanais de dicas e recomendações, incentivando práticas individuais de consumo sustentável. Foram realizados três eventos dentro do Programa de Educação Ambiental “PGE nas 4 Estações”, abordando direito dos animais, emergência climática na jurisprudência internacional e desastres, e emergência climática e a atuação do sistema de justiça. Por meio do Relatório de Sustentabilidade, a Procuradoria acompa-

nhou dados do ano de consumo de papel de expediente, papel toalha, combustíveis, água e energia elétrica, para posterior verificação das tendências e direcionamento conforme a gestão ambiental.



Em eventos do Programa de Educação Ambiental
"PGE nas 4 Estações"

Fotos: Paulo Garcia - PGE-RS

Programa Sustentare

Foram destinados 278,5kg de equipamentos inseríveis para reciclagem e 1.673 unidades de eletrônicos prontos para uso e/ou em funcionamento a outros órgãos públicos e entidades cadastradas. Em outra frente, foram transferidos diretamente equipamentos eletrônicos e mobiliário diversificado, totalizando 172 unidades, a diversos órgãos estaduais. Essas iniciativas representam economia e ganho ambiental ao ampliar a vida útil do que foi doado.

Tampinha Legal

Também foram entregues 108kg de tampas plásticas ao Programa Tampinha Legal, viabilizando o consumo consciente e a logística reversa a quem trabalha e frequenta as dependências da PGE-RS.



Consumo consciente e logística reversa em ação solidária
Foto: Eduarda Altmann - PGE-RS



... foram abordados temas como direito dos animais e emergência climática

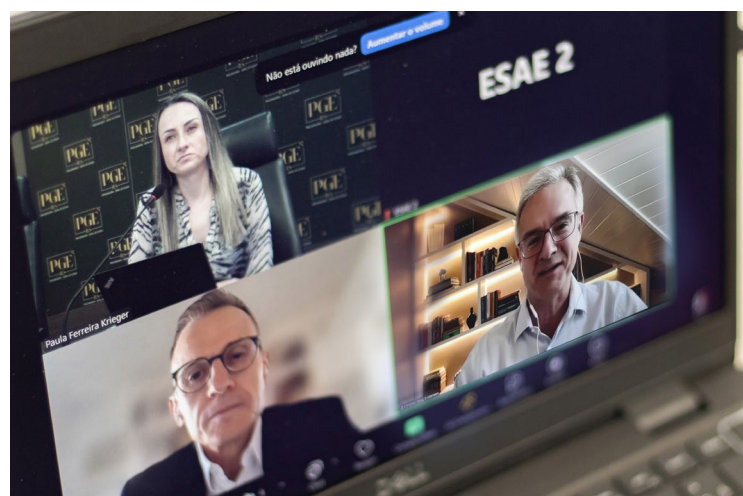
Fotos: Paulo Garcia - PGE-RS

Atenção à qualidade de vida e à saúde mental

Em um ano marcado pelos desafios da enchente, a PGE-RS intensificou as atividades voltadas à promoção da qualidade de vida e da saúde mental. Foram elaboradas campanhas para doação de bens aos atingidos pela inundação e duas rodas virtuais de conversa sobre experiências e sentimentos vivenciados no contexto da calamidade, que proporcionaram acolhimento e conexões, fortalecendo competências de empatia e resiliência.

Outras ações relevantes foram a realização de palestra especial sobre os impactos psicológicos persistentes da exposição a catástrofes, abordando estratégias individuais e coletivas de resiliência, e a disponibilização do documento “Saúde Mental em foco: tempo de (re)construção”, com conteúdo dirigido ao fortalecimento dos recursos psíquicos para a retomada das rotinas.

Ao longo do ano, foram ofertadas palestras e rodas de conversa envolvendo os temas segurança psicológica, saúde, respeito às diferenças, etarismo, atividades voluntárias e planejamento para a aposentadoria. Também foi aplicada pesquisa sobre acessibilidade. Com foco na integração, houve nova edição dos Torneios Esportivos PGE-RS e o lançamento do Passeio Ciclístico PGE-RS.



Promovidas rodas de conversa e palestras sobre experiência da enchente

Foto: Paulo Garcia- PGE-RS

Saúde motiva quatro campanhas permanentes

Floresça. Cuide-se!

A natureza é uma aliada no cuidado com a sua saúde mental

Relatório publicado pela OMS concluiu que parques, florestas, pastagens e outros espaços verdes urbanos podem auxiliar no bem-estar psicológico.

Ainda de acordo com a mesma publicação, a vegetação informal das ruas e as copas das árvores também são importantes. O estudo indicou uma relação clara entre mais árvores e níveis mais elevados de biodiversidade, com a melhora da saúde mental.

Se você estiver passando por um momento difícil ou conhece alguém que esteja, busque ajuda, converse com amigos e procure um profissional.

Leia a matéria completa



TE CUIDA
O ANO TODO



As campanhas em favor da atenção à saúde, marcadas pelas cores, foram realizadas com publicação de informações em matérias e nas redes sociais, além da realização de eventos. As ações integram a iniciativa “Te cuida o ano todo”, que fomenta a adoção de hábitos saudáveis de modo permanente.

Setembro Amarelo: a natureza como aliada no cuidado da saúde mental

Com a campanha “Floresça. Cuide-se!”, a Procuradoria incentivou a conscientização a respeito da saúde mental como um todo. Tendo como símbolo o ipê-amarelo (*Handroanthus albus*), que tem setembro como a sua época de florescimento, foi feito um paralelo entre as estações do ano e o bem-estar psicológico, que passa por mudanças e desafios.

Outubro Rosa: prevenção em dois toques

A PGE-RS reforçou o chamado global pela saúde da mulher com a ação “Outubro Rosa: prevenção em dois toques”. A campanha deste ano ressaltou a importância do autocuidado, lembrando que, através de simples toques, o autoexame é realizado e pode contribuir no diagnóstico precoce.



A Procuradoria compartilhou informação sobre uma rotina mais saudável e promoveu um passeio ciclístico que reuniu mais de 60 participantes.

Novembro Azul: hábitos saudáveis envolvem alimentação e atividade física

Conhecido como mês dedicado à prevenção ao câncer de próstata, o Novembro Azul também chama atenção para o combate ao diabetes. Sem cura, a prevenção e o tratamento focam em bons hábitos alimentares e prática de exercícios físicos.



Dezembro Vermelho e Laranja: mantenha a prevenção sempre no radar

Em um convite ao cuidado com a saúde pessoal e coletiva, a PGE-RS destacou a importância do conhecimento e atuação em relação a HIV/AIDS e outras ISTs e também ao câncer de pele com o chamado “Prevenção sempre no radar – cuidar da tua saúde não é um obstáculo”. Em uma palestra de conscientização no Auditório da PGE-RS, com transmissão pelo Portal da ESAE e no canal do YouTube da Procuradoria, duas médicas convidadas, dermatologista e residente em Infectologia, compartilharam conhecimento sobre o tema.



10º Natal Solidário

Pelo décimo ano consecutivo, a campanha Natal Solidário, que teve início na Procuradoria e é promovida com o apoio de diversos órgãos do Estado, proporcionou um fim de ano mais feliz a centenas de pessoas com a doação de presentes e cestas básicas.

O Natal Solidário realizou os desejos de 305 crianças e adolescentes acolhidos por instituições da capital. A ação solidária distribuiu 320 cestas básicas a funcionários terceirizados do Estado e a comunidades - incluindo indígenas e quilombolas - e foi proporcionado um momento de convivência a adolescentes em uma pizzeria de Porto Alegre.



Atendidos os desejos de 305 crianças e adolescentes acolhidos por instituições

Foto: Luis Henrique Dadalt

Novo site da PGE: melhor acesso em todos os dispositivos

O novo site institucional da PGE-RS entrou no ar em agosto. A atualização tornou o portal responsivo e adaptado para visualização e acessibilidade em todos os dispositivos, oferecendo melhor experiência na navegação. Além da mudança de layout, a plataforma agora dá mais destaque às notícias, dispostas em cards e separadas por editorias, facilitando também a busca.

Os serviços oferecidos pela Procuradoria, como acordos de precatórios, consultas a pareceres e outros, também ganharam maior relevância na nova configuração, facilitando o acesso do público. O mesmo foi feito com a área dedicada aos artigos e publicações, com mais espaço na página inicial. O espaço dedicado às redes sociais também sofreu alteração, ficando agora junto ao menu principal.



RELATÓRIO ANUAL 2024



pge.rs.gov.br